


---

**Resumo de Tese:**  
**Do discurso ao compromisso legal: a democracia da gestão da  
educação pública brasileira normatizada a partir do Plano Nacional  
de Educação 2014-2024**

**Thesis Summary:**  
**From speech to legal commitment: the democracy of Brazilian  
public education management regularized from the National  
Education Plan 2014-2024**

**Resumen de Tesis:**  
**Del discurso al compromiso jurídico: la democracia de la gestión de  
la educación pública brasileña reglamentada a partir del Plan  
Nacional de Educación 2014-2024**

Renata Riva Finatti<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-6543-0066>

Dada a aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024, por meio da Lei nº 13.005/2014, com indicativo de sanção de normas que disciplinem a gestão democrática da educação pelos entes federados brasileiros, esta tese se desenhou. O PNE, cujo processo de promulgação foi longo, com ampla participação de diferentes agentes sociais, aludiu às expectativas em torno da implementação de políticas para a Educação Brasileira, a fim de qualificá-la conforme os consensos possíveis aos quais a sociedade chegou em 2014. No que tange à gestão da educação, o documento reafirmou sua forma democrática e a necessidade de promulgação de norma específica sobre a matéria no âmbito dos sistemas de ensino (Art. 2º e 9º da Lei e Meta 19), bem como a consideração de consulta pública à comunidade, no espaço das escolas públicas. Destarte, estava posto o problema de pesquisa, objetivando entender a forma pela qual os entes federados responderam (ou não) ao imperativo do PNE de regulamentarem a gestão democrática da educação: como está organizada a gestão democrática dos sistemas de ensino brasileiros frente ao imperativo do Plano Nacional de Educação 2014-2024? O objeto de pesquisa, portanto, se sustenta no interesse público quanto à efetivação de políticas traçadas para a Educação Brasileira, tanto relativas ao PNE quanto ao dispositivo constitucional de democratização da gestão da educação, que ganhou novo destaque e indicativos de materialização com a promulgação do referido plano. Com o intuito de responder à pergunta, não havendo um

---

<sup>1</sup> Doutorado em Educação. Professora do Magistério Superior. E-mail: rrfinatti@ufpr.br

banco nacional com legislação dos diferentes entes federados, elaborou-se um questionário, enviado por e-mail para secretarias e conselhos locais de educação; Com base nas respostas (mais de 10% dos entes federados brasileiros), as respectivas normas de gestão democrática citadas e os planos locais de educação foram buscados, compondo o banco de dados desta pesquisa; somaram-se ao escopo empírico, com buscas nos sítios eletrônicos próprios, as normas de capitais e estados não participantes na pesquisa nacional. A partir deste arcabouço, as normas foram analisadas à luz das teorias da democracia (LIMA, 1998; MICHELS, 2001; SCHUMPETER, 1961; TOCQUEVILLE, 2005; TOURAINE, 1994) e da gestão democrática da educação (LIMA, 2018b; MENDONÇA, 2001; PARO, 2000; SOUZA, 2009a), cuja fundamentação é feita na primeira parte da tese. Ainda, fez-se necessária a compreensão de planejamento educacional e do processo constitutivo do Plano Nacional de Educação (DOURADO, 2017), que teriam induzido o disciplinamento da gestão democrática da educação. Como sumarização geral dos dados recolhidos e das análises feitas, percebeu-se uma forte aproximação dos planos locais ao Plano Nacional de Educação, a despeito daqueles que, deliberadamente ou não, excluíram a ideia de disciplinamento da gestão democrática da educação das normas locais. Destaca-se a baixa adesão dos entes federados ao imperativo da gestão democrática da educação, ou seja, há, ainda, um número baixo de normas gerais aprovadas sobre a matéria; genericamente, houve forte redução de instrumentos de gestão – dentre os quais, especialmente, o provimento das funções diretivas das escolas. O conceito de mínimos democráticos (LIMA, 2009), pois, pareceu alinhado às configurações da gestão democrática locais.

**Palavras-chave:** Gestão escolar. Gestão democrática. Legislação Educacional. Planejamento Educacional. Políticas Educacionais.

**Tese defendida no** Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001

**Número de páginas:** 484f

**Professor Orientador:** Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

**Local e Data de Defesa:** Curitiba, 23 de março de 2021

#### **Referência da Tese:**

FINATTI, Renata Riva. **Do discurso ao compromisso legal: a democracia da gestão da educação pública brasileira normatizada a partir do Plano Nacional de Educação 2014-2024.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza – Curitiba, 2021. 484 f. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/72797>

*Recebido: 09/06/2023*  
*Aceito: 10/11/2023*

*Received: 06/09/2023*  
*Accepted: 11/10/2023*

*Recibido: 09/06/2023*  
*Aceptado: 10/11/2023*

